

Debate francês sobre a legalização da marijuana

Como noutros países, ainda no final do governo de Nicolas Sarkozy, voltou a ser examinada em França a eventual legalização da cannabis, por proposta de verdes e socialistas.

Stéphane Gatignon, presidente do município de Sevran (região de Paris), pela Europe Écologie-Les Verts, está farto da violência que sofre o seu município, com as contínuas batalhas entre gangues, que representam os diversos cartéis da droga. Na sua opinião, a legalização da cannabis permitiria que os cidadãos superassem o medo: "A guerra contra as drogas, tanto no nosso país como a nível internacional, é um fracasso. E este fracasso global tem repercussões locais imediatas. Instala-se o medo". Por isso, apelou a um debate nacional e europeu sobre o levantamento da proibição, em nome da paz civil e do Estado de direito.

A esta tese juntaram-se vários deputados socialistas, encabeçados por Daniel Vaillant, antigo ministro do Interior, que preconizavam "sar da hipocrisia" em matéria de drogas. Partiam da base de que, em França, uma legislação repressiva e proibicionista não evitou um dos níveis de consumo mais altos da Europa. Daí a sua proposta de uma "legalização controlada da cannabis". Todos os anos, 90.000 pessoas são detidas por consumo de cannabis, quando há vinte anos eram 12.000. Esta escalada levou a ensaiar alternativas, especialmente no plano sanitário, que não diminuem a percentagem de pessoas acusadas criminalmente. Além disso, em 2003, foi criado um novo delito contra os condutores que tivessem resultado positivo nos controlos de tráfego.

O Código de Saúde Pública proíbe o uso de estupefacientes, com penas que podem ir até 3.750 euros de multa e um ano de prisão. Mas, na prática, os juizes têm uma grande margem de apreciação, e o consumidor de droga pode evitar a sanção penal aceitando uma ajuda médica, psicológica e social de desintoxicação.

Apesar dos esforços dos poderes públicos e da polícia, os supermercados da droga florescem quase à luz do dia nos núcleos urbanos. Para estes deputados socialistas, a despenalização do consumo não é suficiente: seria preciso regular a produção e a distribuição de haxixe, para parar os narcotraficantes.

Mas não parece fácil conseguir um consenso neste delicado assunto. Opuseram-se claramente o ex-ministro do Interior, Claude Guéant, e a ex-secretária de Estado da Saúde, Nora Berra. À esquerda, também o rejeitaram François Hollande e Ségolène Royal, que foram os candidatos às primárias socialistas, embora reconhecendo que o "assunto merece reflexão, por se saber que a penalização não consegue resolver o problema".

Na opinião do ex-ministro do Interior, Claude Guéant, trata-se de um debate inclinado: "a luta contra as drogas não deve ser abandonada por ser difícil". Partir-se-ia de pressupostos errados, que levam a falsas boas soluções que se voltarão, se não se tomarem precauções, contra toda a sociedade.

Antes de tudo, Guéant recorda que a cannabis é uma droga nociva para a saúde, algo cada vez mais reconhecido e documentado pela literatura científica. Recentes estudos demonstram os riscos do consumo deste produto para a saúde mental, especialmente entre os jovens. "À luz destas descobertas, será razoável promover o consumo militando pela sua despenalização e, portanto, a sua banalização? Não nos enganemos: se o consumo for despenalizado, aumentará, visto que o acesso será mais fácil".

Por outro lado, diz que a política implementada não se tem limitado à repressão. Promove também a prevenção e a redução de danos: dos 1.500 milhões de euros investidos na luta contra a droga e toxicod dependência, 40% destina-se à batalha contra o narcotráfico. A investigação, o atendimento de toxicod dependentes e as tarefas de prevenção representam mais de 800 milhões de euros por ano. Na prática, houve uma diminuição do consumo de cannabis entre os jovens de 17 anos desde 2003, o qual, em 2011, estava ao nível do ano 2000.

Além disso, é previsível que qualquer movimento para uma flexibilização da legislação sobre a cannabis dê lugar a estratégias de adaptação por parte dos traficantes: por exemplo, a difusão de cannabis geneticamente modificado e em doses fortes conduzirá à cocaína, à heroína ou às drogas sintéticas.

Não se pode esquecer tão-pouco que mais de metade dos jovens não consumidores renunciam à cannabis pelos riscos que implica a proibição: "também devemos pensar neles quando se propõe a despenalização". Guéant recorda ainda o recuo que deram ultimamente outros países, como o ex-

governo trabalhista britânico, ou a até há pouco permissiva Holanda.

Além de intensificar a repressão contra os traficantes, Guéant recorda “o bom senso e a lucidez dos nossos concidadãos que, numa sondagem feita em 2010 pelo Observatório Francês de Drogas e Toxicodependências (OFDT), se declaravam em 70% – o número mais alto de sempre – contra qualquer despenalização das drogas”.

Para Michel Kokoreff, professor de sociologia na Universidade de Nancy II, a proibição das drogas leves é um fator de insegurança. Os seus argumentos, claramente pragmáticos, incidem na vantagem económica que constituiriam os impostos sobre a marijuana e, sobretudo, a esperança em que desaparecessem os narcotraficantes, se evitassem os congestionamentos nos tribunais e a excessiva população prisional. Surpreendentemente, afirma que o risco de dependência é baixo, se se comparar com o álcool e o tabaco.

Muitos mais matizes e argumentos válidos proporcionam o extenso debate havido com Jean-Pierre Coueron, presidente da Federação Dependência, que refere a edição digital do “Le Monde” (de 15.6.2011). Entre outros, salienta que mais importante do que discutir a proibição, é melhorar o modo de tratar o consumo e as consequências das possíveis respostas. Em qualquer caso, a despenalização por si só não seria suficiente: “Só terá sentido se acompanhada de uma série de medidas educativas, uma série de medidas em contacto com os consumidores e as famílias, para não cair no maniqueísmo das viragens de 180°, com todos os perigos que comportam”.

Uma precisão importante refere-se ao risco de comparar a perigosidade dos diversos produtos. Cada um tem o seu perigo específico. A LSD não é perigosa em termos de dependência, mas é-o muito em termos de riscos psiquiátricos. Fumar é pouco perigoso em termos de risco psiquiátrico, mas provoca milhões de mortes no plano somático. Mais à frente reitera que a pergunta a respeito da perigosidade é capciosa: “Um jovem de 14 anos que fuma marijuana altera no mesmo instante o funcionamento do seu cérebro, o seu sentido da atenção, da concentração, da memória. E isto pode implicar consequências escolares quase instantâneas”. Por outro lado, esse mesmo jovem, se fumar tabaco, “inicia um ciclo que pode levá-lo, por exemplo, ao cancro, mas decorrerão anos até que a doença se manifeste”.

As reformas políticas deveriam fugir de maniqueísmos que não afastam os jovens do consumo, e concentrar-se nos motivos que levam a consumir, nos benefícios que conseguem, nos riscos que assumem, tendo por objetivo ajudá-los melhor a eles e às suas famílias, para não se instalarem nesses comportamentos. Por outro lado, reconhece heroicamente a dificuldade de proibir aquilo que a própria sociedade incita fazer: “vivemos numa sociedade que, no essencial, encoraja a dependência. Numa sociedade que leva a consumir, a procurar sensações fortes, a ir para o topo; é uma sociedade que ridiculariza as respostas educativas. Neste sentido, uma mudança da política ganharia em coerência”.

Por último, Coueron rejeita o que considera caricatura de debate, como se apenas se tratasse de opor laxismo a excesso de autoritarismo. “Quando se é pai e se tem um filho que consome drogas, é preciso falar com ele do prazer que encontra nesse consumo. No debate político exclui-se o prazer que oferecem as drogas. Evita-se metade do problema: fala-se do perigo, mas não da atração”.

Em resumo, um dos maiores problemas sociais do nosso tempo não pode ser resolvido unilateralmente. É preciso abordá-lo no contexto de outros temas decisivos, como o sentido profundo da vida, a crise da cultura ou dos valores, e o papel prioritário da família na educação dos filhos.

Refira-se por último que, em outubro passado, o governo francês de Jean-Marc Ayrault, já na presidência de François Hollande, anunciou que manterá a proibição da venda e uso da marijuana.

Isto apesar do seu ministro da Educação, Vincent Peillon, ter defendido essa despenalização, apoiado também, por exemplo, pelo grupo Europa-Ecologia Os Verdes, que integra o governo.

O secretário-geral da UMP (oposição de direita), Jean-François Copé, pedira a François Hollande que se pronunciasse. Tanto Hollande, como Ayrault, se manifestaram contra a possibilidade da despenalização, seja na campanha para a presidência, seja após a vitória socialista de maio do ano passado.

Um governador que impõe as suas convicções

O movimento *gay* alcançou um grande triunfo político com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Estado de Nova Iorque, por uma margem de 33 contra 29 votos no Senado, em junho de 2011. Não parecia a melhor altura para abordar o assunto. O Senado do Estado tem maioria republicana, que poderia ter-se oposto ao debate. Nos distritos rurais fora da capital, que são cruciais para o apoio ao partido republicano, não havia apoio para esta redefinição do casamento. E, com uma população preocupada sobretudo com um desemprego de 9%, o tema do casamento *gay* estava muito por baixo na lista de prioridades. De facto, a medida havia sido rejeitada pela câmara legislativa em 2009.

Mas aqui entra em jogo o governador, democrata, Andrew Cuomo, à frente do governo do Estado desde janeiro de 2011. Embora tenha esperado até 2006 para abraçar a causa do casamento *gay*, talvez para calcular onde podia encontrar mais apoios políticos para a sua carreira, adotou-a como sua, com a entusiasta convicção do convertido.

Andrew Cuomo, 55 anos, é o filho mais velho de Mario Cuomo, que também foi governador de Nova Iorque entre 1983 e 1994. Mario Cuomo (1932) foi o típico caso de católico “progressista” que, na vida política, quando se debateu a legalização do aborto era dos que diziam: “Sou pessoalmente contra, mas não posso impor as minhas convicções pessoais”, “nem tudo o que é idealmente desejável é sempre possível”, etc., com o que se considerava justificado para deixar que se abrissem portas ao direito ao aborto.

O seu filho mais velho, Andrew, também se declara católico, ao mesmo tempo que apoia o financiamento público do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Aquilo que mudou é que já nem é sequer necessário recorrer ao “pessoalmente sou contra, mas...”, pois é pessoalmente a favor.

E não só pessoalmente, como assumiu o assunto por inteiro, de modo a forçar a máquina política do Estado a apoiar a mudança de conceito do casamento.

A alcovite da manobra política é contada pelo “The New York Times” (25.6.2011), com a sinceridade de quem se felicita pela mudança e pela objetividade de um diário prestigioso.

A abrir, Cuomo, com uma meticulosa coordenação, unificou os cinco grupos que fizeram campanha favorável ao casamento gay, e reprimiu qualquer ação indisciplinada. Depois, identificou os senadores que podiam vacilar entre o sim e o não, e dedicou-se a pressioná-los. Os homens de Cuomo reuniram um grupo de ricos doadores do partido republicano, os quais podiam ser muito convincentes para ganhar o voto dos senadores republicanos que se situavam no fio da navalha.

Os doadores foram convencidos e, poucos dias depois, cada um deles contribuiu com um cheque de seis números para o lobby que implementou a campanha, estimada num milhão de dólares. Estes doadores, afirma o “NYT”, “têm a influência e o dinheiro para proteger os nervosos senadores da reação conservadora a que pode dar lugar o seu apoio ao casamento gay”. Assim, senadores que na sua campanha eleitoral se tinham manifestado contra o casamento gay, acabaram por mudar o seu voto.

A um deles, o republicano James S. Alesi, “os doadores republicanos convidaram para uma reunião em Park Avenue, e disseram-lhe que o apoiariam com entusiasmo se apoiasse o casamento entre pessoas do mesmo sexo”. Não cheira isto a compra de votos?

Juntamente com o poder do dinheiro, a reportagem mostra também como os laços familiares condicionam uma decisão que deveria basear-se naquilo que é melhor para a sociedade. Sandra Lee, a mulher com quem vive Cuomo depois de se divorciar da mulher com quem casara em 2003, “tem um irmão abertamente gay” – diz o “NYT” – “e muitas vezes recordava ao governador quanto desejaria que a lei fosse mudada”. Imaginemos o que se diria no caso de um político católico cuja mulher tivesse um irmão sacerdote, e que recordasse ao seu

marido quanto gostaria que fosse respeitado o modelo de casamento de sempre.

Um senador democrata, Carl Kruger, que dois anos antes votara contra o casamento gay, mudou de voto – sempre segundo o diário de Nova Iorque – porque um sobrinho gay da mulher com quem vive tinha deixado de falar-lhes, o que estava a criar tensões na sua casa. Este senador tinha tido de sofrer a ação de piquetes gays que gritavam à porta de sua casa, pois parece que os piquetes só estão proibidos diante das clínicas abortistas.

Aquilo que se depreende da reportagem é que o resultado final é o fruto do dinheiro, de pressões, de simpatias familiares, da ação – tenaz e eficaz – de um lobby, coordenado pelo governador Cuomo. Que isto tenha algo a ver com as prioridades e a vontade do eleitorado é muito menos claro.

Não vamos ficar surpreendidos com as manobras, tão habituais, do jogo político. Mas não há dúvida de que Andrew Cuomo é um homem com convicções, que não tem dúvidas em lutar para as impor.

I. A.

“Comercio y Pobreza”

“Trade and Poverty: When the Third World Fell Behind”

Autor: Jeffrey G. Williamson

Crítica. Barcelona (2012).

368 págs.

Tradução: (castelhano)

Tomás Fernández Auz e Beatriz Eguibar.

Com “Comercio y pobreza”, o professor Williamson, catedrático emérito de Economia da Universidade de Harvard e reputado especialista no estudo e análise dos processos de globalização, dá um contributo de grande envergadura ao debate sobre a origem e as consequências deste fenómeno. Se o título pode ser desconcertante, o subtítulo não deixa dúvidas sobre o assunto que o autor aborda: “Quando e como começou o atraso do Terceiro Mundo”.

O primeiro aspeto a destacar deste livro é conter o resultado de quase cinquenta anos de investigação, com um impressionante trabalho de compilação e análise de dados empíricos. Neste sentido, embora o livro apresente quadros e gráficos, juntamente com teorias e modelos económicos, o autor fez um considerável esforço para que a sua apresentação e conclusões sejam acessíveis a um público mais alargado do que o estritamente académico.

A análise e as reflexões permitem a seguinte conclusão: a globalização e a explosão do comércio mundial registado ao

longo do século XIX tiveram um efeito positivo em termos gerais, mas um impacto assimétrico nas taxas de crescimento dos diferentes países. O resultado foi mais favorável para o núcleo industrial rico do que para a periferia pobre agrícola. É nesse momento histórico que se origina a “grande divergência”.

Relativamente a como se processou o atraso do Terceiro Mundo, Williamson diz que foi a consequência de um processo com duas fases. Num primeiro momento, os países que acabariam por constituir o Terceiro Mundo beneficiaram de uma vantagem comercial provocada pela especialização na produção e exportação de recursos naturais. Mas, se à maior volatilidade dos preços dos produtos primários em relação aos produtos industrializados, se juntar não poderem contar com o vetor de crescimento que gera a indústria, esses países inicialmente favorecidos, foram condenados a uma desindustrialização e a um forte incremento da desigualdade.

Tal foi o incremento do comércio mundial entre 1800 e 1913, criando uma nova ordem económica. Característica fundamental: Terceiro Mundo especializado na exportação de matérias-primas e Primeiro Mundo especializado nos produtos industriais. Consequência: fosso entre ambos os mundos nos rendimentos *per capita*, nível de vida e grau de desenvolvimento, fosso que permaneceu no século XX e primeiros anos do XXI.

Para registar a envergadura e transcendência deste trabalho do professor Williamson, nada melhor do que as palavras do seu colega em Harvard, o professor James Robinson: “Esta é, sem dúvida, a história definitiva do aparecimento da desigualdade do mundo moderno. Impossível de ignorar”.

L. B. M.

